



Exmo. Senhor
Presidente da
Comissão de Defesa Nacional
Deputado José de Matos Correia

| SUA REFERÊNCIA | SUA COMUNICAÇÃO DE | NOSSA REFERÊNCIA | DATA |
|----------------|--------------------|---------------------------------------|------------|
| | | N.º: 3117 ENT.: 3102 PROC. N.º: | 29/05/2013 |

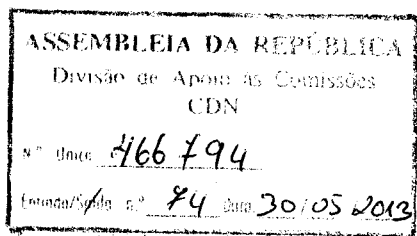
ASSUNTO: Resposta à Petição n.º 248/XII/2.^a - Iniciativa de Maria João Vidal de Oliveira Marcelo Curto e Outros "Em defesa da continuidade do Instituto de Odivelas como uma Escola de Excelência"

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de junto enviar, para os devidos efeitos, cópia do ofício n.º 2107/CG, de 29 de maio, oriundo do Gabinete do Senhor Ministro da Defesa Nacional, relativo ao assunto mencionado em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende





Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a
Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade

S/REF: S/COM: N/REF: Lisboa **2013.05.29**
P.º.722/90(2)
5124/92(5)
N.º.2107 /CG

ASS: PETIÇÃO N.º 248/XII/2ª - INICIATIVA DE MARIA JOÃO VIDAL DE OLIVEIRA
MARCELO CURTO E OUTROS "EM DEFESA DA CONTINUIDADE DO INSTITUTO DE
ODIVELAS COMO UMA ESCOLA DE EXCELÊNCIA"

Ref: Ofício n.º 25/3ª CDN, de 24 de abril de 2013

Ex. Exma. Sr.ª Helena Rende,

Em cumprimento da alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, encarrega-me Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional de informar V. Exa. o seguinte:

Este Gabinete já em diversas ocasiões teve oportunidade de fornecer elementos e informações ao Parlamento relacionados com o tema da reestruturação dos Estabelecimentos Militares de Ensino, e com o Instituto de Odivelas em particular.

Atendendo à apresentação da Petição acima referida, importa, contudo, reforçar que as decisões tomadas pelo Governo, foram baseadas em estudos e opiniões de reputados especialistas que acompanharam este assunto.

O processo que conduziu às decisões tomadas pelo Governo foi um processo participativo e participado, onde todos os que têm uma relação directa com o tema puderam intervir, apresentando propostas e discutindo soluções.

Nesse sentido importará relembrar a cronologia de todo o processo:

Setembro a Dezembro 2011 - Estudo elaborado pelos serviços do Ministério sobre os Estabelecimentos Militares de Ensino não superior (EME's). Neste estudo foram ouvidos: encarregados de educação e alunos (através de questionário), associações de pais e de antigos alunos, professores, diretores dos 3 EME e diretor de educação do Exército (através de entrevistas). Concluiu que estas três estruturas de ensino (Colégio Militar, Instituto de Odivelas e Instituto dos Pupilos do Exército) têm um número de alunos muito reduzido e em perda progressiva nos últimos 10 anos, e uma estrutura de apoio desproporcionada (recursos humanos docentes e não docentes), com um custo anual por aluno muito elevado (para além daquilo que os pais pagam em mensalidades).



Abril 2012 - Despacho a constituir uma equipa técnica coordenada pelo Prof. Marçal Grilo, com a participação do Exército, com o objectivo de estudar e apresentar um plano de reestruturação para os EME's para viabilizar a sua sustentabilidade, contrariar o preocupante decréscimo de alunos e melhorar o nível de resultados escolares;

Agosto 2012 - Despacho a aprovar a proposta de plano de reestruturação dos EME's, apresentada: fim da oferta concorrencial entre os 3 EME's com:

- a) concentração progressiva do ensino regular no CM até ao início do ano lectivo 2015/2016, respeitando o princípio da conclusão de cada ciclo de ensino no estabelecimento onde o mesmo foi iniciado, e de uma forma mais flexível no que respeita aos regimes de frequência, alargando ao 1º ciclo do ensino básico já no ano lectivo 2013/2014, e
- b) a reconfiguração da oferta educativa no IPE, transformando-o numa escola de ensino profissional de excelência;

Novembro 2012 - Despacho a criar a Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA) à reestruturação dos EME's, coordenada pelo Prof. Joaquim Azevedo, com a participação do Exército, com o objectivo de estudar e propor um plano de ação concreto, e para acompanhar e apoiar, até ao início do ano lectivo 2015/2016, a sua implementação;

Fevereiro 2013 - Apresentação de relatório de atividades/ plano de ação pela CTA;

25 Março 2013 - Despacho nº 4785/2013, aprovando o plano proposto, para o funcionamento dos 3 EME's durante o período de transição.

Reforça-se que ao longo do processo, foram ouvidos todos aqueles que manifestaram interesse, incluindo associações de pais e ex-alunos, como comprova o quadro abaixo;

| | Entidade | Sr. MDN | Sr. SEADN |
|-------------|----------------|--------------------------|--|
| CM | Ass. Pais | | 19/08/2011 - 25/03/2013 |
| | Ass. A. Alunos | 28/09/2011 18/07/2012 | 28/09/2011 18/07/2012 25/03/2013 |
| IO | Ass. Pais | 05/12/2012 | 05/12/2012 23/01/2013 25/03/2013 |
| | Ass. A. Alunos | | 29/05/2012 24/07/2012 25/03/2013 |
| IPE | Ass. Pais | | 25/03/2013 |
| | Ass. A. Alunos | 28/09/2011 | 28/09/2011 24/05/2012 24/07/2012 25/03/2013 |
| CM Odivelas | | | 24/10/2012 25/03/2013 |



Por outro lado a reforma que se está a encetar nos Estabelecimentos Militares de Ensino é estrutural, visa obter racionalização financeira, mas também melhorar a dimensão pedagógica. No CM não se elimina nada do que hoje integra a sua oferta educativa, existindo, antes, um alargamento de possibilidades: 1º ciclo e opção externato.

Quem valoriza o CM pelo internato poderá continuar a fazê-lo.

Acresce que todo o ensino regular será integrado no CM potenciando-o como um estabelecimento militar de ensino regular de excelência, conciliando a integração de género com a sua matriz militar identitária, deixando o internato à escolha por parte das famílias.

Esta integração será feita progressivamente em 2 anos letivos (2013/2014 e 2014/2015) por forma a não quebrar ciclos de ensino.

O CM abrirá também o 1º ciclo e o IO encerra no final de 2014/2015.

O projeto educativo do IPE será reconfigurado, fazendo com que a matriz militar em que assenta lhe possibilite uma capacidade distintiva no panorama do ensino profissional.

Entendemos os esclarecimentos acima como úteis, atento o teor da Petição N.º 248/XII/2ª.

Com os melhores cumprimentos e elevada consideração,

O Chefe do Gabinete

(Rui Clero)